Central Eólica Corrupião S.A. Demonstrações financeiras em

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Central Eólica Corrupião S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Corrupião S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Corrupião S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de abril de 2016, com ressalva decorrente do atraso na construção da planta de geração de energia elétrica, com prazo para 1 de julho de 2014. Desde a referida data, a Administração havia protocolado sucessivos pedidos de postergação de prazo e isenção de penalidades na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Considerando o estágio das negociações a época, não foi possível para o auditor anterior se satisfazer quanto à inexistência de impactos financeiros que pudessem vir a afetar negativamente de forma material as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2015, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.

PricewaterhouseCoopers , Rua do Russel, 804 - Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 22210-010, Caixa Postal 949, Rio de Janeiro, RJ 20010-974 T: (21) 3232-6112, www.pwc.com/br



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo Contador CRC 1RJ092563/O-1

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2017	2015
Ativo	explicativa	2016	2015 (Reapresentado)
Auvo			(Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.613	1.932
Contas a receber	7	1.233	-
Impostos a recuperar		2	23
Despesas antecipadas e outros valores a receber		21	
		7.869	1.955
N7~ • 1 .			
Não circulante	0	107.672	122 (14
Imobilizado	8	127.673	132.614
Intangível	9	1.954	1.907
		129.627	134.521
Tatal da attac		127 407	126 456
Total do ativo		<u>137.496</u>	<u>136.476</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	1.891	3.367
Provisão para custos socioambientais	15	447	3.307
Conta de ressarcimento - CCEE	11	915	_
Debêntures	12	-	14.091
Financiamento BNDES	13	3.910	6.683
Outras contas a pagar	14	782	462
		7.945	24.603
Não circulante			
Financiamento BNDES	13	53.242	38.768
Partes relacionadas	23	147	-
Provisão para custos socioambientais e desmobilização		1.221	1.639
•		54.610	40.407
Total do passivo		62.555	65.010
Patrimônio líquido	16		
Capital social	10	79.820	73.105
Prejuízos acumulados		(4.879)	(1.639)
Total do patrimônio líquido		74.941	71.466
Total do passivo e do patrimônio líquido		137.496	136.476

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2016	2015
0	explicativa	2010	2013
Operações continuadas			
Receita de vendas de energia	17	13.080	-
Custo com geração de energia	18	(8.189)	(112)
Lucro (prejuízo) bruto		4.891	(112)
Despesas gerais e administrativas	19	(860)	(490)
Lucro (prejuízo) operacional		4.031	(602)
Despesas financeiras	20	(7.152)	(27)
Receitas financeiras	20	426	_
Despesas financeiras, liquidas		(6.726)	(27)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.695)	(629)
Imposto de renda e contribuição social	21	(545)	(21)
Prejuízo do exercício	,	(3.240)	(650)
Prejuízo do exercício por ação do Capital Social (Em R\$)	16	(4,76)	(1,75)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	28.699	(989)	27.710
Integralização de Capital (nota 16)	44.406	-	44.406
Prejuízo do exercício	-	(650)	(650)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	73.105	(1.639)	71.466
Integralização de Capital (nota 16)	6.715	-	6.715
Prejuízo do exercício	-	(3.240)	(3.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	79.820	(4.879)	74.941

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.695)	(629)
Ajustes de resultado		
Depreciação e amortização	5.599	5
Juros e variações monetárias	5.548	81
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber	(1.233)	-
Impostos a recuperar	21	(2)
Despesas antecipadas	(21)	-
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores		-
Conta de ressarcimento CCEE	915	-
Obrigações fiscais	100	204
Partes relacionadas	147	
Caixa gerado (aplicado) pelas operações	7.040	(341)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(303)	(14)
Pagamento Debêntures - juros	(4.328)	(17.219)
Pagamento de financiamento - juros	(4.560)	(311)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.151)	(17.885)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(14.024)
Aumento intangível	(184)	(856)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.335)	(32.765)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento Debêntures - principal	(10.515)	(54.735)
Captação de financiamento	14.340	45.242
Pagamento de financiamento - principal	(3.524)	(241)
Integralização de capital	6.715	44.406
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	7.016	34.672
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.681	1.907
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.932	25
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.613	1.932
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.681	1.907

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Transações não envolvendo caixa: Reversão de provisão de fornecedores contra imobilizado no valor de R\$ 135 (2015: R\$ 0). Juros capitalizados no imobilizado de R\$ 645 (2015: R\$11.859).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

A Central Eólica Corrupião S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Nilo Peçanha, 50 – sala 1101, Rio de Janeiro – RJ, foi constituída em 28 de outubro de 2011, tendo como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, estando o parque eólico localizado no município de Caetité, no Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela BW Guirapá I S.A.

A Companhia que tem 27,75 MW de capacidade instalada foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 70, de 22 de fevereiro de 2012.

As operações de geração de energia da Companhia iniciaram em fevereiro de 2016.

O cronograma físico de implantação, atrasou por motivos alheios à gestão do projeto. Após sucessivos pedidos de alteração do cronograma físico de implantação, a ANEEL publicou os Despachos nº 383 em 22/02/2016 e o nº 2717 em 14/10/2016, concatenando o início de operação do parque com a data da disponibilização das instalações de transmissão da subestação SE Pindaí II, 16/11/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital circulante líquido encontra-se, negativo, em R\$ 76 mil, (Em 2015 R\$ 22.648 mil). Tal redução decorre do inicio das operações da Companhia, que passou gerar o caixa esperado pela Administração para a reversão deste indicador.

Na avaliação da Administração, os passivos de curto prazo que não forem cobertos pela geração de caixa operacional, terá suporte financeiro dos acionistas para garantir o equilíbrio necessário a continuidade dos negócios.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 30 de maio de 2017.

(a) Contratos de Energia de Reserva – CER

O contrato de reserva de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos, contados a partir de 16 de novembro de 2015, ao preço de R\$ 96,97/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de março de 2016 a Companhia passou a faturar os valores definidos em contrato.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações relevantes para a Companhia em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

(a) Reapresentação de cifras comparativas

Os saldos de 31 de dezembro de 2015 foram reapresentados conforme a seguir:

	Originalmente apresentados	Reversão	Saldos reapresentados
Não circulante - Imobilizado	134.794	(2.180)	132.614
Total do não circulante	136.701	(2.180)	134.521
Total do ativo	138.656	(2.180)	136.476
Não circulante - Provisão para	2.040	(2.122)	4.500
desmobilização	3.819	(2.180)	1.639
Total do não circulante	42.587	(2.180)	40.407
Total do passivo	67.190	(2.180)	65.010
Total do passivo e do patrimônio líquido	138.656	(2.180)	136.476

A reapresentação dos saldos patrimoniais (ativo x passivo) foi efetuada para refletir o valor adequado da provisão para desmobilização, registrada no imobilizado e no passivo não circulante (Nota 15). Não houve impacto na demonstração dos fluxos de caixa ou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Contas a Receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferira liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota 15).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao prazo de concessão, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Aerogeradores	20
Sistemas de transmissão e conexão	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	20

2.6 Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Companhia atua como contratante, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente do contrato de concessão do parque eólico.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data das demonstrações financeiras.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.9 Financiamentos e debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), liquido dos custos de transação.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferira liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

2.10 Conta de Ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2018;
- b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

2.11 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras.

A Companhia adota o regime de tributação "Presumido".

2.13 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(i) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(ii) Conta de Ressarcimento - CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (Nota 2.10). A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante o decorrer do exercício de 2016 a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardara capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Total dos empréstimos (Nota 13)	57.152	59.542
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(6.613)	(1.932)
Dívida líquida (a)	50.539	57.610
Total do patrimônio líquido	74.941	71.466
Total do capital (b)	125.480	129.076
,		
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	40%	45%

5. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	2016	2015
Mensurados pelo custo amortizado		
Recursos em caixa e em banco (Nota 6)	782	177
Aplicações financeiras (Nota 6)	5.831	1.755
Contas a receber de clientes (Nota 7)	1.233	
	7.846	1.932

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Passivos financeiros		
	Mensurados pelo custo amortizado		
	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	57.152	59.542
	Fornecedores (Nota 10)	1.891	3.367
	Outras contas a pagar	782	462
		59.825	63.371
6.	Caixa e equivalentes de caixa	2016	2015
	Recursos em bancos e caixa	n 782	177
	Aplicação financeira	5.831	1.755
	Caixa e equivalentes de caixa	a <u>6.613</u>	1.932

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras, no valor de R\$ 5.831 (em 2015 R\$ 1.755), estavam investidas no Fundo de Investimento Itau Top DI FIC. O fundo rendeu em 2016 99.81% do CDI.

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

7. Contas a receber

	2016	2015	_
CCEE - ativo circulante	1.233	-	_

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2016. Este é o 1º ano de fornecimento de energia e, portanto, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Imobilizado

			2016		2015
	Taxas anuais		Depreciação	Saldo	Saldo
	depreciação-%	Custo	acumulada	líquido	líquido
					(Reapresentado)
Máquinas e equipamentos	10%	56	(22)	34	39
Móveis & Utensílios	10%	6	(1)	5	6
Aerogeradores	5%	92.987	(3.922)	89.065	-
Sistemas de transmissão e conexão	5%	8.973	(305)	8.668	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	5%	31.119	(1.218)	29.901	-
Imobilizações e equipamentos em andamento	-	-	-	-	105.640
Contratos de obras e equipamentos em andamento	-	-	-	-	3.100
Capitalização de juros	-	-	-	-	22.190
Provisão desmobilização	-	-	-	-	1.126
Provisão custos socioambientais	-	-			513
	=	133.141	(5.468)	127.673	132.614

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2015	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2016
Custo	(Reapresentado)				
Máquinas e equipamentos	56	-	-	-	56
Moveis & Utensílios	6	-	-	-	6
Aerogeradores	-	-	-	92.987	92.987
Sistemas de transmissão e conexão	-	-	-	8.973	8.973
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	31.119	31.119
Imobilizações e equipamentos em andamento	105.640	-	-	(105.640)	-
Contratos de obras e equipamentos em andamento	3.100	-	(135)	(2.965)	-
Capitalização de juros	22.190	645	-	(22.835)	-
Provisão desmobilização	1.126	-	-	(1.126)	-
Provisão custos socioambientais	513	-	-	(513)	-
Total do custo	132.631	645	(135)		133.141
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(17)	(5)	-	-	(22)
Moveis & Utensílios	-	(1)	-	-	(1)
Aerogeradores	-	(3.922)	-	-	(3.922)
Sistemas de transmissão e conexão	-	(305)	-	-	(305)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(1.218)	-	-	(1.218)
Total da depreciação	(17)	(5.451)	-	-	(5.468)
Total do imobilizado líquido	132.614	(4.806)	(135)		127.673

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Intangível

	31.12.2015	Adições	Transferência	31.12.2016
Bens não físicos				
Cessão de uso de solo e servidões	1.646	184	272	2.102
Outros	261	11	(272)	-
Total do custo	1.907	195		2.102
Amortização				
Cessão de uso de solo e servidões	-	(148)	-	(148)
Total da amortização		(148)		(148)
Total do imobilizado líquido	1.907	47		1.954

Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

Os contratos de cessão de uso de solo operacional firmados pela Companhia têm a vigência de 20 anos, prorrogáveis por mais 15 anos e preveem o pagamento anual de R\$93, o que equivalente a 0,77% da energia gerada. O reajuste é feito com base na variação do IPCA, divulgado pelo IBGE.

10. Fornecedores

O saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

	Valores a realizar		
Equipamento/Serviço	31/12/2016	31/12/2015	
Aerogeradores	-	408	
Montagem Aerogeradores	-	58	
Obras civis	338	405	
Sistemas elétricos	1.501	2.168	
Ambientais /Reassentamento		34	
	1.839	3.073	
Tarifas de transmissão	52	72	
Outras contas a pagar		222	
	1.891	3.367	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Com o processo de conclusão das obras de construção em 2016, a Administração da Companhia obteve os respectivos termos de quitação dos contratos de construção dos parques eólicos, exceto daqueles que ainda estão em fase de discussão. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações.

11. Conta de ressarcimento – CCEE

	2016	2015
Conta de ressarcimento - CCEE	915	

Corresponde ao valor da energia não entregue, superior ao limite de 10% da faixa de tolerância prevista no contrato de concessão (Nota 1 a). O acerto financeiro deste montante está sendo efetuado mediante redução nos valores recebidos pela Companhia entre o período de novembro de 2016 a junho de 2017.

12. Debêntures

Em 5 de agosto de 2013, a Reunião do Conselho de Administração das Centrais Eólicas aprovou a realização da 1a emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em uma única série, não conversíveis em ações, no valor total de R\$64.200, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 1,55% ao ano até 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2014, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 20 de agosto de 2015. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,55% aa, para 1,20% aa, a partir de 20/08/2014.

Em 18 de agosto de 2015, foi assinado o 3o Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 16 de fevereiro de 2016. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,20% aa, para 1,75% aa, a partir de 20/08/2015. Os recursos obtidos com a oferta foram utilizados na construção do parque eólico.

Com a liberação do financiamento do BNDES, em junho de 2016 foi quitado todo o saldo das debêntures.

13. Financiamento BNDES

Em 6 de outubro de 2015 a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o contrato de financiamento nº 15.2.0348.1 , no montante de R\$60.560, dividido em subcrédito A no valor de R\$46.080 e subcrédito B no valor de R\$14.480, sendo liberados R\$46.080 em 28/12/2015, R\$ 6.488 em 26/02/2016, R\$7.992 em 28/06/2016, R\$131 em 27/12/2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A taxa de juros do contrato é de 2,65% a.a. mais a variação da TJLP, com pagamento em 192 parcelas mensais e sucessivas vencendo a 1ª em 15/12/2015 e a última em 15/11/2031.

A Companhia, junto com as demais SPEs e a Holding, devem manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado para todo o grupo em 1,30, o qual em 31 de dezembro de 2016 encontra-se atendido.

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

Vencimento da dívida:	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de
	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.910	3.948	12.068	37.226
Debêntures	-	-	-	-
Fornecedores	1.891	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	6.683	3.910	11.955	22.903
Debêntures	14.091	-	-	-
Fornecedores	3.367	-	-	-

14. Outras contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Comissão de fiança a pagar (a)	447	209
Comissão de compromisso a pagar	-	18
	447	227
Imposto de renda	98	-
Contribuição social	71	-
PIS e COFINS	90	-
Impostos retidos de terceiros	76	138
Auto de Infração ANEEL	-	97
	335	235
Total de outras contas a pagar	782	462

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Em 16 de outubro de 2015, para garantir as obrigações assumidas perante o BNDES, foi contratada uma fiança junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 60.560, pelo prazo de 24 meses, contados da data de emissão de cada carta de fiança.

Os encargos sobre o valor afiançado são: comissão de 2,25% aa sobre o valor de cada carta de fiança emitida, com pagamento após 12 meses da data de emissão.

Com a conclusão física do projeto atestado pelo BNDES o valor da fiança foi reduzido para 40% da dívida a partir de março de 2017.

15. Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
	Circ	ulante
Provisão para custos socioambientais	447	
	Não ci	rculante
Provisão para custos socioambientais	-	1.126
Provisão para desmobilização	1.221	513
	1.221	1.639

(a) <u>Custos socioambientais</u>

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais no passivo não circulante, quando aplicável, e incorpora tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2016 o valor da provisão foi transferido para a conta de Fornecedores (nota 10).

(b) <u>Custo de desmobilização de ativos</u>

A Companhia possui responsabilidade sobre a retirada dos ativos do parque eólico, instalados nas localidades sob contrato de cessão de direito de uso de solo (nota 3 i).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 81.348 (R\$ 78.847 em 2015), sendo R\$ 1.528 a integralizar (R\$ 5.742 em 2015), composto por 711.629 (Em 2015 689.504) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pela BW Guirapá I S.A.

Em 2016, o Santander Participações S.A. efetuou as seguintes integralizações de capital:

Mês	Valor
Janeiro de 2016	961
Fevereiro de 2016	1.368
Março de 2016	1.005
Abril de 2016	1.066
Junho de 2016	502
Julho de 2016	401
Outubro de 2016	1.126
Novembro de 2016	286
	6.715

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

17. Receita operacional líquida

177 Receita operacional inquisa	2016	2015
Receita com geração de energia	13.576	
Impostos sobre faturamento PIS COFINS	(89) (407)	<u>-</u>
Total de Impostos sobre faturamento	(496)	
Receita líquida	13.080	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 0	1 4		~	1	•
18. C	usto	com	geração	ae	energia

10. Custo com geração de chergia		
	2016	2015
Depreciação	(5.451)	(5)
Transmissão de Energia	(580)	(98)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	(270)	(9)
Penalidade por insuficiência de geração de energia	(915)	-
Serviço de operação e manutenção da usina	(825)	-
Amortização cessão de uso de solo	(148)	
<u>-</u>	(8.189)	(112)

19. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Serviços de terceiros (i)	(623)	(314)
Seguros	(187)	(4)
Serviços notariais e de registro	(35)	(42)
Outras despesas administrativas (ii)	(15)	(130)
Despesas gerais e administrativas	(860)	(490)
(i) Serviços de terceiros		
Serviços de segurança	(94)	(27)
Assessoria jurídica	(377)	-
Assessoria regulatório	(9)	(64)
Assessoria operações	(55)	(134)
Contábil e societário	(70)	(38)
Consultoria ambiental e fundiária	-	(49)
Outros	(18)	(2)
	(623)	(314)
(ii) Outras despesas administrativas		
Locação de veículos, equipamentos e fretes	(9)	-
Publicações	-	(35)
Multas de oficio	-	(87)
Despesas gerais	(6)	(8)
	(15)	(130)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20.	Receitas	\mathbf{e}	despesas	financ	eiras
-----	----------	--------------	----------	--------	-------

Receitas e despesas financeiras	2016	2015
Despesas de juros sobre empréstimos BNDES	(5.379)	(761)
Despesas de juros sobre debentures	(752)	(9.158)
Comissão de reestruturação de dividas	(105)	(1.643)
Serviços de escrituração e controle debentures	(16)	(44)
Despesas com fiança	(1.342)	(254)
IOF	(68)	(9)
Subtotal despesas financeiras	(7.662)	(11.869)
Despesas financeiras incorporadas ao ativo	675	11.859
Encargos sobre financiamentos no resultado	(6.987)	(10)
Variação monetária passiva de provisões	(124)	-
Outras despesas financeiras	(41)	(17)
Despesas financeiras	(7.152)	(27)
Receita de juros de aplicações financeiras	445	81
Receitas financeiras incorporadas ao ativo	(19)	(81)
Receitas financeiras	426	<u>.</u>
21. Imposto de renda e contribuição social	2016	2015
	2010	2015
Receita bruta de vendas (a)	13.576	-
Presunção imposto de renda (b)	8%	8%
Presunção contribuição social (c)	12%	12%
Demais receitas e ganhos de capital (d)	445	81
Base de cálculo Imposto de renda - Presumido (a x b) + (d)	1.531	81
Imposto de renda: 15%	(230)	(12)
Adicional do imposto de renda	(129)	(2)
Total do IRPJ	(359)	(14)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (a x c) + (d)	2.074	81
Contribuição social: 9%	(187)	(7)
Total de CSLL	(187)	(7)
Total do imposto de renda e contribuição social	(545)	(21)

22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A.: Seguro patrimonial com cobertura de R\$763.202 e o de responsabilidade civil de R\$20.000.

A Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

23. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuiu saldo a pagar de R\$ 147 a Central Eólica Angical S.A., decorrente de ajustes nos custos de sua responsabilidade, na construção da subestação de energia.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2016 e 2015 foi efetuado pela Central Eólica Inhambu S.A. e pela *holding* BW Guirapá I S.A.

24. Contingências

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui processos de natureza civil, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo, não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingencias.

25. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2017, foi renovado o seguro patrimonial, no montante de R\$ 769.967 e de responsabilidade civil no montante de R\$ 20.000, abrangendo todas as empresas controladas pela BW Guirapá. (Não auditado)